

País precisa de US\$ 20 bi por ano para crescer

Jamil Bittar/Reuters

Nas contas do governo, valor seria necessário para financiar infra-estrutura e competitividade

SHEILA D'AMORIM
e PRISCILLA MURPHY

BRASÍLIA – A retomada do crescimento de forma sustentável tem um custo: US\$ 20 bilhões por ano. Esse é o montante de investimentos necessários, segundo cálculos do governo, para desobstruir gargalos na área de infra-estrutura e garantir competitividade aos produtos brasileiros. Tudo isso deverá ser o pilar do crescimento brasileiro.

Por isso, a melhoria na infra-estrutura consta como prioridade no roteiro para nova agenda de desenvolvimento econômico divulgado, ontem, com toda pompa por quatro ministros do governo. Não por acaso, na véspera da reunião do Comitê de Política Monetária (Copom) que vai discutir a manutenção ou redução da taxa de juros e no momento em que o

governo Lula é criticado pela estagnação econômica e pela necessidade urgente de retomada do crescimento.

Como faltam recursos públicos para tanto investimento, a equipe econômica espera que o setor privado também ponha a mão no bolso e dê a sua contribuição, além de contar com as fontes tradicionais, como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Para estimular investimentos por parte das empresas, o governo acena com uma

política de incentivos fiscais, parcerias e linhas especiais de crédito de instituições financeiras públicas como o BNDES. No entanto, o ministro do Planejamento, Guido Mantega, avisa que o modelo de incenti-

Vamos abrir as cadeias produtivas para ver onde há ineficiência e atuar para que o País ganhe competitividade

Antônio Palocci,
ministro da Fazenda

vos será diferente do adotado no passado. A idéia, afirmou, é seguir a experiência coreana e dirigir subsídios para algumas cadeias produtivas que têm grande potencial e, atualmente, apresentam gargalos.

O apoio governamental terá tempo de vigência delimitado e exigirá contraparti-



Ministros Palocci, Furlan, Dirceu e Mantega, no anúncio da nova agenda de desenvolvimento

das. “O fato de o suporte governamental não ser permanente obriga a empresa a adquirir competitividade”, avalia Mantega. O ministro enfatizou também que haverá um direcionamento das compras governamentais, que serão direcionadas ao mercado doméstico. “A exemplo do que já faz hoje a Petrobrás para a construção de plataformas.”

Exportação – Uma das formas de medir a eficiência da nova política de incentivos

do governo será a fixação de metas de exportação. “Setorialmente, vai haver metas de exportação. Vamos ter um trabalho dirigido para as cadeias produtivas”, afirmou o ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Luiz Fernando Furlan, ressaltando que tudo será feito sem ferir as regras de comércio internacional.

“Vamos abrir as cadeias produtivas para ver onde há ineficiência e atuar para que o País ganhe competitividade”, completou o minis-

tro da Fazenda, Antônio Palocci. Segundo ele, haverá uma mudança em relação ao que tradicionalmente se faz, financiando setores por 10, 15, 20 anos sem que ninguém avalie os grandes ganhos ou as grandes perdas dessas políticas coordenadas. Na avaliação de Palocci, esse novo modelo criará as bases para que a economia entre, naturalmente, numa nova fase do ciclo econômico no País.

“Não faríamos parcerias em janeiro deste ano, com a

inflação do jeito que estava e um desordenamento das contas públicas”, afirmou Palocci. Hoje, de acordo com o ministro, há uma grande procura de setores empresariais dispostos a investir e querendo parcerias com o governo.

Para o ministro, os investimentos serão uma consequência natural da política econômica adotada até agora. Por isso, mesmo, ele prefere falar em continuidade a classificar o momento como uma nova fase econômica. “Não acredito que, nesse processo de reordenamento do País, se possa falar em etapas. Existe um esforço que foi prioritário no início do governo para colocar em ordem as contas públicas, para recuperar a credibilidade perdida e ara fazer com que a inflação convergisse para metas razoáveis.” Esse trabalho deverá ser mantido, segundo ele, pelos próximos 10 a 15 anos.

“O controle da inflação abre espaço para investimentos. Acredito que a chamada fase dois vem naturalmente a partir do equilíbrio da economia. Não tem uma data marcada. Não tem um ato inaugural”, disse Palocci. “A fase dois é a sequência de um esforço que tem dado certo, que tem sido vitorioso no equilíbrio macroeconômico e permite que o País comece a pensar em mais desenvolvimento.”